

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.
Demonstrações Contábeis para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Fevereiro de 2023

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.
Porto Alegre - RS

Av. Dr. Nilo Peçanha, 724/502
Bela Vista, Porto Alegre - RS
90470-000
T: +55 51 3508.7734

www.bakertillybr.com.br

**Demonstrações Contábeis para os
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Índice	Páginas
Relatório dos Auditores Independentes	3 a 5
Demonstrações Contábeis	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações do Resultado	7
Demonstrações Resultado Abrangente	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – método indireto.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2021**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Chamamos a atenção de que parte significativa das transações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. Assim sendo, o conjunto das demonstrações contábeis deve ser lido considerando esse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre RS, 13 de fevereiro de 2023.

Viviane Barcelos Cangussu Machado

Contadora – CRCRS nº 068068/O-4

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

CNAIPJ 000023

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Circulante		2.174	1.962
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.390	1.545
Contas a receber de clientes	5	594	214
Tributos a recuperar	6	173	172
Outros ativos	7	17	31
Não circulante		9.984	4.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	159	-
Partes relacionadas	16	788	536
Direito de uso	10.1	4.292	-
Imobilizado	8	3.896	3.807
Intangível	9	849	35
Total do ativo		12.158	6.340
Passivos			
Circulante		3.132	1.044
Fornecedores		144	99
Salários, benefícios e encargos sociais	11	463	449
Empréstimos e financiamentos	12	535	-
Tributos a pagar	14	163	68
Passivo de arrendamento	10.2	1.398	-
Outros passivos	15	429	428
Não circulante		3.335	-
Passivo de arrendamento	10	3.335	-
Patrimônio líquido	17	5.691	5.296
Capital social	17.a	4.426	4.426
Reserva legal	17.b	64	44
Reserva de lucros		1.201	826
Total do passivo e patrimônio líquido		12.158	6.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	11.774	9.779
Custo dos serviços prestados	19	(7.872)	(2.409)
Resultado bruto		3.902	7.370
Despesas operacionais:			
Vendas e comerciais	19	(690)	(1.510)
Gerais e administrativas	19	(1.519)	(5.532)
Outras receitas e despesas	19	(1)	6
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		1.692	334
Resultado financeiro líquido	20	(1.134)	34
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		558	368
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.a	(318)	(108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	159	-
Resultado do exercício		399	260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do exercício	<u>399</u>	<u>260</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>399</u>	<u>260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.426	31	581	-	5.038
Resultado do exercício	-	-	-	260	260
Destinação de reserva legal	-	13	-	(13)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(2)	(2)
Reservas de lucros	-	-	245	(245)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.426	44	826	-	5.296
Resultado do exercício	-	-	-	399	399
Destinação de reserva legal	-	20	-	(20)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(4)	(4)
Reservas de lucros	-	-	375	(375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.426	64	1.201	-	5.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		558	368
Ajustes no resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado	8	689	692
Amortização do intangível	9	115	24
Depreciação do direito de uso	10	2.861	-
Juros sobre passivo por arrendamento	10	1.180	-
Baixa de imobilizado	8	4	-
Baixa de intangível	9	(3)	-
Perda estimadas de créditos com liquidação duvidosa	5	2	-
Redução (aumento) nos ativos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de clientes	5	(382)	(43)
Tributos a recuperar	6	(1)	(145)
Outros ativos		(237)	439
Aumento (redução) nos passivos circulantes e não circulantes:			
Fornecedores		45	(4)
Salários e encargos sociais	11	14	(204)
Tributos a pagar	14	(171)	(250)
Outros passivos	15	(3)	110
Pagamento de IR e CS		(52)	-
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		4.619	987
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	8	(782)	(1.191)
Pagamento pela aquisição de ativo intangível	9	(927)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.709)	(1.191)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal de empréstimos	12	535	-
Pagamento de principal de passivo por arrendamento	10	(2.420)	-
Pagamento de juros de passivo por arrendamento	10	(1.180)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(3.065)	-
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(155)	(204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.545	1.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.390	1.545
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(155)	(204)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 26 de novembro de 2013, a TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A. (“Teccloud” ou “Empresa”), com sede na Av. dos Municípios, 5510, Edifício 01, sala 01, Bairro Santa Lucia, em Campo Bom, Rio Grande do Sul, e com filial na Rua Dezoito de Novembro 273, 2º andar, Navegantes em Porto Alegre/RS, tem por objetivo principal a prestação de serviços de tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, bem como consultoria nas áreas de manutenção e monitoramento de link e locação de datacenter.

(a) Pandemia Coronavírus – COVID-19

A propagação da Covid-19, no início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Desde o anúncio e evolução da situação de pandemia do coronavírus (“COVID-19”) a Administração vem acompanhando os impactos e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam impactar as operações e, em contraste aos impactos negativos constatados na maioria dos segmentos da economia, o segmento de tecnologia, onde a companhia está inserida, percebeu um efeito positivo nos indicadores operacionais e econômicos.

Apesar deste cenário positivo, a Companhia analisou os principais possíveis riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas informações financeiras, como por exemplo: risco de impairment, risco de provisão para perda de crédito esperada, risco de continuidade operacional, redução de receitas, e constatou que as estimativas e provisões adotadas continuavam sendo adequadas. Não obstante, a Administração da Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos identificados, de forma a deixar seus acionistas e demais usuários dessas informações acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras --Continuação

combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em **13 de fevereiro de 2023**.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia adota o CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao CPC 38 em 1º de janeiro de 2018. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir:

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Reconhecimento inicial e mensuração

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber, além de fornecedores e outras contas a pagar.

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retive os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem retive substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconheceu uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos, arrendamento a pagar e outros passivos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados no regime real trimestral, utilizando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no ativo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

3.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 08.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

3.9. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.13. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A Companhia como prestadora de serviços de tecnologia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes conforme regras contábeis vigentes. Suas receitas são reconhecidas à medida em que a Companhia atende

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Caso ocorram adiantamento de valores pelo cliente, eles são apresentados como receita diferida (passivo circulante e não circulante) no balanço patrimonial.

3.14. Capital social

Ações

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

O capital social é composto por 4.426.099 (Quatro milhões quatrocentos e vinte e seis mil e noventa e nove) e está totalmente subscrito e integralizado.

Os dividendos são definidos em reunião dos acionistas, conforme estabelecido no estatuto social

3.15. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

3.16. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações monetárias. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.18. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

O Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma).

O Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma, caso aplicável às suas operações.

a. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas recentemente

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotara antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:

Normas e emendas a normas		Data efetiva (períodos anuais iniciados em ou após)
CPC 06 (R2)	Benefícios relacionados a Covid-19	1º de janeiro de 2021
IFRS 17	Contrato de seguros	1º de janeiro de 2023
	Classificação de passivos como circulante e não circulante	
Alterações ao IAS 1		1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2	Divulgação de políticas contábeis	

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

A Companhia não espera impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	695	880
Aplicações financeiras	695	665
	1.390	1.545

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes em caixa se referem substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pelas taxas que variam entre 83% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Companhia a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber:		
A vencer	245	190
Vencidos	318	2
	563	192
Duplicatas a receber exterior:		
A vencer	31	22
Vencidos	2	2
	33	24
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2)	(2)
	(2)	(2)
Total	594	214
Ativo circulante	594	214
Ativo não circulante	-	-
Total	594	214

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes --Continuação

Os títulos líquidos de provisão têm a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	276	212
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	235	-
De 31 a 60 dias	72	-
De 61 a 90 dias	9	-
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	4	4
	596	216
PECLD	(2)	(2)
	594	214

A Companhia constitui a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. A Companhia também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída.

A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:

Mapa de movimentação da PECLD	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(2)	-
Provisão/reversão	-	(2)
Saldo final	(2)	(2)

6. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições retidos na fonte	173	166
PIS e COFINS	-	6
	173	172

7. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a funcionários, férias, viagens	12	19
Despesas antecipadas	5	12
	17	31

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Computadores e eletrônicos	3.432	(1.836)	1.596	1.992
Móveis e utensílios	503	(461)	42	50
Instalações, máquinas e equipamentos	67	(30)	37	37
Benfeitoria Imov. Terceiros	2.135	(492)	1.643	1.728
Obras em Andamento	578	-	578	-
Total	6.715	(2.819)	3.896	3.807

As movimentações nos saldos do imobilizado estão descritas a seguir:

	Custo			
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Computadores e eletrônicos	3.512	188	(268)	3.432
Móveis e utensílios	503	8	(8)	503
Instalações, máquinas e equipamentos	59	8	-	67
Benfeitoria Imov. Terceiros	2.135	-	-	2.135
Obras em Andamento	-	578	-	578
Total	6.209	782	(276)	6.715

	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada			
		Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Computadores e eletrônicos	20%	(1.520)	(587)	271	(1.836)
Móveis e utensílios	10%	(453)	(9)	1	(461)
Instalações, máquinas e equipamentos	10%	(22)	(8)	-	(30)
Benfeitoria Imov. Terceiros		(407)	(85)	-	(492)
Total		(2.402)	(689)	272	(2.819)

9. Intangível

	31/12/2021			31/12/2020
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Licença de uso	1.061	(212)	849	35
Total	1.061	(212)	849	35

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível --Continuação

As movimentações nos saldos do intangível estão descritas a seguir:

	Custo			Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	
Licença de uso	409	927	(275)	1.061
Total	409	927	(275)	1.061

	Taxa anual depreciação	Amortização acumulada			Saldo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	
Licença de uso	20%	(374)	(115)	278	(211)
Total		(374)	(115)	278	(211)

10. Direito de uso e passivo por arrendamento

10.1. Direito de uso

Abaixo, os valores contábeis dos ativos de direito de uso e os movimentos durante o período:

	Ativo de direito de uso	
	Arrendamento de propriedade	Passivo de arrendamento
Em 1º de janeiro 2021	-	-
Adições	7.153	7.153
Amortização	(2.861)	-
Despesa de juros	-	1.180
Liquidação principal	-	(2.420)
Liquidação de juros	-	(1.180)
Saldo em 31 de dezembro 2021	4.292	4.733

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e passivo por arrendamento--Continuação

10.2. Passivo por arrendamento

Abaixo, os valores contábeis dos passivos por arrendamento e os movimentos durante o período:

	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento de propriedade	11,05%	4.733	-
		<u>4.733</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		1.398	-
Passivo não circulante		3.335	-

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	1º de janeiro de 2021	Adições	Pagamentos principal	Pagamentos Juros	Atualização de juros	Reajuste	31 de dezembro de 2021
Arrendamento de propriedade	-	7.153	(2.420)	(1.180)	1.180	-	4.733
Total dos passivos de atividades de financiamento	-	7.153	(2.420)	(1.180)	1.180	-	4.733

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 5 anos.

A Companhia utilizou as taxas de desconto de 11,05% a.a. para o cálculo do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, considerando como métrica a média da taxa praticada nos principais bancos com os quais possui relacionamento, levando em conta que os contratos de arrendamento se referem ao aluguel de imóveis:

Período	31/12/2021
2023	1.800
2024	1.800
2025	1.894
Pagamento de arrendamento	<u>5.494</u>
Encargos financeiros	<u>(761)</u>
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	<u>4.733</u>

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Salários, benefícios e encargos sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de dissídio, férias e encargos	284	284
Salários a pagar	109	99
INSS a recolher	52	49
FGTS a pagar	17	17
Outros	1	-
	463	449

12. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Itaú Unibanco S.A.			18/07/2022	535	-
				535	-
Passivo circulante				535	-
Passivo não circulante				-	-

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro do exercício	(318)	(108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício	159	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(159)	(108)

As despesas de Imposto de renda e contribuição social no resultado, foram apurados conformem demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	558	368
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(190)	(125)
Diferenças permanentes		
Outras adições/exclusões	25	9
Efeito do IR adicional/ PAT	6	8
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(159)	(108)
Alíquota efetiva	(28,49%)	(29,35%)

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de uso	150	-
Outras provisões	9	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	159	-

14. Tributos a pagar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IR retido na fonte	55	54
IRPJ	47	-
COFINS	27	1
ISS a recolher	18	10
PIS	6	-
CSLL	5	-
CSRF a pagar	5	3
	163	68
Circulante	163	68
Não circulante	-	-

15. Outros passivos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aluguéis a pagar	144	127
Comissões a pagar	140	187
Energia elétrica	110	86
Outros	23	20
Dividendos a pagar	12	8
	429	428
Circulante	429	428
Não circulante	-	-

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

	Saldo patrimonial		Transações		
	Contas a receber	Contas a pagar	Receita bruta na prestação de serviços	Compra de serviços	Despesas administrativas
Embratec Tecnologia HEQ Ltda	417	-	5.288	-	-
Intermetro Locações Serviços POAH Ltda	9	262	146	2	3.710
Banco Topázio S/A	77	-	874	-	1
Saque Pague Rede de Auto-Atendimento Ltda	63	-	839	-	16
Manzat Inversiones AUU S.A	1	-	47	-	527
GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda	41	-	474	-	-
ICH Administração de Hotéis SA	42	-	468	-	-
Stefanini Consultoria e informática S.A.	-	-	138	-	23
Ticket Soluções HDFGT S/A	138	1	-	-	-
N 1 Software e Serviços de Informática S.A.	-	20	-	20	-
Saldo em 31 de dezembro 2021	788	283	8.274	22	4.277

	Saldo patrimonial		Transações		
	Contas a receber	Contas a pagar	Receita bruta na prestação de serviços	Compra de serviços	Despesas administrativas
Banco Topázio S/A	286	-	5.135	-	-
Embratec Tecnologia HEQ Ltda	62	-	1.388	1	-
GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda	68	-	787	-	-
ICH Administração de Hotéis SA	57	-	459	-	-
Intermetro Locações Serviços POAH Ltda	41	-	426	-	-
Manzat Inversiones AUU S.A	-	-	-	-	36
Saque Pague Rede de Auto-Atendimento Ltda	4	-	116	-	186
Ticket Soluções HDFGT S/A	18	213	219	106	2.549
Saldo em 31 de dezembro 2020	536	213	8.530	107	2.771

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital integralizado era de R\$ 4.426 (R\$ 4.426 em 2020) dividido em 4.426 ações.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Participação
Acionistas		
Manzat Inversiones AUU S.A.	1.682	38%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	88	2%
Stefanini Participações S.A.	2.656	60%
Total	4.426	100%

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Destinação do resultado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	399	260
Reserva de lucros - 5% (i)	(20)	(13)
Lucro Líquido do Exercício após Reserva Legal	379	247
Dividendo mínimo proposto – 1% (ii)	(4)	(2)
Saldo a disposição da Assembleia	375	245

- (i) **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou no limite de 30% acrescido das reservas de capital.
- (ii) **Dividendos** - Foi calculado 1% do Lucro Líquido do Exercício, conforme Art. 25 inciso ii da Ata de Transformação feita no dia 25.06.2019. A proposta do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício 2021, ora efetuada pela Administração da Companhia, está em consonância com a Lei das S.A., sendo que, a deliberação sobre a efetiva declaração e destinação deste será decidida em AGO (Assembleia Geral Ordinária) dos Acionistas a ser realizada no exercício 2023.

18. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta operacional		
Clientes nacionais	12.392	10.224
Clientes estrangeiros	297	313
	12.689	10.537
Deduções sobre vendas		
COFINS	(591)	(518)
ISS	(189)	(128)
PIS	(128)	(112)
Devoluções	(7)	-
	(915)	(758)
Total	11.774	9.779

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos, despesas e outras despesas/receitas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Natureza		
Materiais, energia e outros	(3.224)	(2.052)
Depreciação direito de uso	(2.861)	-
Pessoal	(2.320)	(2.608)
Manutenção e conservação	(874)	(992)
Depreciação e amortização	(798)	(709)
Encargos trabalhistas	(755)	(688)
Serviços de terceiros	(516)	(403)
Licenças de softwares	(406)	(279)
Despesas tributárias	(114)	(11)
Outros	(41)	(92)
Propaganda e publicidade	(5)	-
Viagens e estadias	-	(2)
Aluguéis	1.832	(1.609)
	<u>(10.082)</u>	<u>(9.445)</u>
Função		
Custo dos serviços prestados	(7.872)	(2.409)
Despesas administrativas e gerais	(690)	(1.510)
Despesas de vendas	(1.519)	(5.532)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	6
Total	<u>(10.082)</u>	<u>(9.445)</u>

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	5	11
Descontos obtidos	41	12
Variação monetária ativa	7	-
Receita de aplicações financeiras	33	32
	86	55
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(8)	(11)
Juros passivos	(23)	-
Juros arrendamento mercantil	(1.180)	-
Despesas bancárias	(8)	(9)
Multas e moras	(1)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)
	(1.220)	(21)
Resultado financeiro	(1.134)	34

21. Gestão de riscos financeiros

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.390	1.545
Contas a receber de clientes (Nota 5)	594	214
	1.984	1.759

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos financeiros--Continuação

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	144	-	144
Arrendamento a pagar (Nota 9)	1.800	3.694	5.494
Outros passivos (Nota 13)	423	-	423
	2.367	3.694	6.061

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

c) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

e) Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

f) Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

TecCloud Serviços de Tecnologia AHU S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de riscos financeiros--Continuação

	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.390	1.390	1.545	1.545
Contas a receber de clientes (Nota 5)	594	594	214	214
Outros ativos (Nota 7)	17	17	31	31
Total	2.001	2.001	1.790	1.790
Passivos financeiros				
Fornecedores	144	144	99	99
Arrendamento a pagar (Nota 9)	4.733	4.733	-	-
Outros passivos (Nota 13)	423	423	426	426
Total	5.300	5.300	525	525

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Arrendamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para esses ativos.

g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia está ligado a variação de indicadores de inflação para reajuste de contas de clientes e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

* * *